

ENTREVISTA



6 INCRIMINAÇÃO DAS CONDUTAS LESIVAS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em entrevista exclusiva, concedida à *Consulex*, o Advogado GUILHERME ALFREDO DE MORAES NOSTRE traz a lume a necessidade de incluir no ordenamento jurídico dispositivos penais que promovam a incriminação das diversas condutas lesivas à liberdade de expressão. Com um estudo aprofundado sobre o tema, expõe proposta que serviria a este fim, justificando a criação dos tipos penais por atos como a perseguição contra a opinião, a pressão contra a divulgação de notícias e a manipulação da informação em favor de interesses sociais, políticos e econômicos, entre outros. Com estas considerações, imprime a importância do debate sobre o tema que entende obrigatório para a sociedade brasileira nos próximos anos.

CAPA



30 MAGISTRATURA E MINISTÉRIO PÚBLICO PORTE DE ARMA DE DEFESA PESSOAL

Muito embora a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e a Lei Orgânica do Ministério Público confirmam aos membros das respectivas carreiras a prerrogativa de portar arma de defesa pessoal, questões relativas ao procedimento simplificado para registro e renovação do porte de arma de fogo, com dispensa de teste psicológico e de capacidade técnica, e à revisão periódica do registro, conforme disciplinadas pelo Estatuto do Desarmamento, têm criado insegurança jurídica e suscitado discussões. Nesse contexto, a solução do conflito de normas e a (des)necessidade de aferição de capacidade individual para usar arma de fogo são importantes pontos tratados pelos doutos articulistas desta matéria de capa.

SUMÁRIO

ARTIGOS

DESTAQUE

O Brasil necessita aperfeiçoar o seu processo orçamentário?

28 José Matias-Pereira

IN VOGA

Notas da globalização e do Direito Internacional na Palestina

42 Luciano Marinho Filho

PORTAL JURÍDICO

A politização do quinto constitucional em consonância com o sistema de separação dos Poderes

44 Anderson Couto do Amaral

OBSERVATÓRIO JURÍDICO

Remoção dos resultados de pesquisa (indexação) dos motores de busca na internet – A repercussão da decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia (Parte I)

48 Demócrito Reinaldo Filho

CONJUNTURA

Reflexões tributárias em período eleitoral – O desenvolvimento econômico e o complexo sistema de obrigações tributárias acessórias vigente no Brasil

54 Guilherme Cardoso Leite

CONTEXTO

O perfil criminal e sua eficácia como ferramenta investigativa

56 Daniela Chammas

ENFOQUE

Poder (dever) instrutório do juiz, neoprocessualismo e princípios correlatos

58 Fernando Augusto Chacha de Rezende

TENDÊNCIAS

Divórcio liminar – Uma quebra de paradigmas?

61 Renata Malta Vilas-Bôas e Susana de Moraes Spencer Bruno

DOCTRINA

O direito de seqüela no Direito Civil

64 Rodrigo Leventi Guimarães

PONTO DE VISTA

Imposto de Fronteira – Ilegalidade da cobrança de micro e pequenas empresas

66 Harrison Nagel

SEÇÕES

4 Com a palavra...

10 Crítica & Autocrítica

12 Indicadores Econômicos

13 Cartas & Críticas

14 Painel Econômico

15 Painel do Leitor

16 Direito e Bioética

21 Como Decidem os Tribunais

22 Propostas e Projetos

24 Direito Marítimo